

PRF intensifica fiscalização contra embriaguez ao volante no carnaval

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia nesta sexta-feira (13) a Operação Carnaval 2026, que vai direcionar os esforços na fiscalização das infrações responsáveis pelos acidentes mais letais em estradas federais, especialmente a mistura de álcool e direção, mais comum nesta época, além de excesso de velocidade e ultrapassagens proibidas. Página 08



»»»» **Projeto cria regras para proteção de feirantes tradicionais** Página 05

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e accese todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 4968 - Rondônia, sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Pesquisa diz que 73% dos brasileiros apoiam fim da escala 6x1

»»»» **Apoiadores ressaltam que a medida deve ser sem redução de salário** Página 02

4

Deputado propõe lei para abater valor do pedágio no IPVA em Rondônia



Foto: Divulgação

5

Atuação dos conselheiros tutelares é fortalecida pelo governo de RO



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Pesquisa diz que 73% dos brasileiros apoiam fim da escala 6x1

Cerca de 84% dos brasileiros são favoráveis aos trabalhadores terem, no mínimo, dois dias de descanso por semana, segundo a pesquisa da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados, feita nas 27 unidades da Federação, entre os dias 30 de janeiro e 5 deste mês. Ainda de acordo com a pesquisa 73% dos entrevistados apoiam o fim da escala 6x1, desde que não haja redução de salário. Foram ouvidos 2.021 cidadãos acima de 16 anos de idade.

O CEO da Nexus, Marcelo Tokarski, esclareceu nesta quinta-feira (12) à Agência Brasil que a ampla maioria - 62% dos consultados - sabe que há em debate, no âmbito do governo federal e do Congresso Nacional, a proposta de acabar com a escala 6x1.

"A gente tem de cara 35%, ou seja, uma de cada três pessoas que nunca nem ouviu falar desse negócio. E dos 62% que já ouviram falar, 12% conhecem bem e 50% conhecem mais ou menos", disse Tokarski.

De maneira genérica, 63% dos consultados se mostraram a favor do fim da escala 6x1. Ao serem indagados se tiver redução de salário continuaria a favor ou mudaria de opinião, 30% afirmaram ser favoráveis, desde que não se mexa no bolso dos trabalhadores.

A mesma pergunta foi feita para os 22% que afirmaram ser contrários ao fim da jornada 6x1. Desses, 11% disseram que iriam continuar sendo contra, mas 10% responderam que "se não mexer no bolso, eu topo".

Com a diminuição do salário, o total de pessoas favoráveis ao fim da escala cai para 28%, ou seja, a minoria. Outros 40% só são favoráveis à escala 6x1 se a medida for aprovada e não implicar em redução salarial. Há ain-



da 5% que se dizem favoráveis ao fim da jornada, mas ainda não têm opinião formada sobre a condicionante de manutenção ou redução dos salários.

Marcelo Tokarski avalia que a grande discussão no Congresso vai tratar da redução da jornada, com ou sem diminuição da remuneração dos trabalhadores. Para ele, o que a pesquisa mostra muito claramente é que quase todo mundo é favorável que tem que ter uma folga a mais. "Não dá para trabalhar seis dias e folgar um só", disse.

"Essa é a grande questão, porque as empresas defendem que a jornada não seja reduzida mas, se houver redução, é com diminuição do salário. E os trabalhadores, de maneira geral, não topam uma redução de jornada com redução de salário", explica.

Menos dinheiro

De acordo com Marcelo

Tokarski, o problema é que, no Brasil, país de renda média baixa, de trabalho mais precarizado, pouca gente aceita ter uma folga a mais se o salário diminuir.

"Acho que é um pouco essa leitura que a pesquisa nos traz e que joga luz sobre essa discussão", disse.

A pesquisa aponta que 84% das pessoas acreditam que o trabalhador deveria ter duas folgas obrigatórias. "É quase um viés de desejo. Quem não quer ter folga a mais? Todo mundo quer. Agora, quando a gente coloca que você vai trabalhar um dia menos, mas vai ganhar menos, o cara não quer porque tem conta para pagar. Acho que é um pouco isso que o dado evidencia ali para a gente".

Lula

O projeto de acabar com a jornada 6x1 tem mais aprovação por quem votou no presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Era uma pro-

posta, uma bandeira defendida pelo governo também. É natural que quem votou no Lula tende a apoiar mais", disse Marcelo Tokarski.

A pesquisa revela que 71% dos entrevistados que votaram no presidente Lula no segundo turno das eleições de 2022 são a favor do projeto de lei que propõe o fim da escala 6x1. Outros 15% são contra, enquanto 15% não opinaram. Já entre quem votou em Jair Bolsonaro nas últimas eleições presidenciais, 53% são a favor do fim das 44 horas de trabalho semanais, 32% são contrários e 15% não opinaram.

PEC

A PEC 148/2015 foi aprovada no dia 10 de dezembro do ano passado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas ainda precisa passar por duas votações no plenário do Senado e duas na Câmara, com voto favorável de, pelo menos, 49 senadores e 308 deputados.

Se aprovada, o fim da escala 6x1 ocorrerá de forma gradual. No primeiro ano, serão mantidas as regras atuais. No ano seguinte, o número de descansos semanais subirá de um para dois. Atualmente, a jornada máxima semanal de trabalho é de 44 horas mas, a partir de 2027, poderá cair para 40 horas. O teto final será de 36 horas por semana de 2031 em diante. Anteriormente, o que se previa era que os empregadores não poderiam reduzir a remuneração dos trabalhadores para compensar o novo tempo de descanso. Esse ponto deverá ser votado pelo Congresso Nacional.

A pesquisa indagou dos entrevistados se acham que a proposta será aprovada pelo Congresso, e 52% disseram que sim, contra 35% que responderam que não. Outros 13% não opinaram. E apenas 12% afirmaram entender bem a PEC.

Fonte: Agência Brasil



Reunião de prestação de contas fortalece transparência e impulsiona ações voltadas à infraestrutura no estado em 2026

O governo de Rondônia realizou, no gabinete do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO), a reunião de prestação de contas referente ao exercício de 2025, além da apresentação do orçamento previsto para 2026 do Fundo de Infraestrutura de Transporte e Habitação (Fitha). O encontro reforçou o compromisso com a transparência na aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento das ações voltadas à infraestrutura nos municípios rondonienses.

Ao todo, foram destinados mais de R\$ 81 milhões

em repasses aos municípios de Rondônia, garantindo investimentos em obras de infraestrutura urbana e rural, manutenção de estradas vicinais e melhorias na mobilidade. Isso representa um importante suporte financeiro às prefeituras, permitindo a execução de serviços essenciais para o desenvolvimento regional.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o Fundo de Infraestrutura de Transporte e Habitação é uma ferramenta estratégica para impulsionar o crescimento dos municípios. "O Fitha é um instrumento fundamental para garantir

que os recursos cheguem diretamente às cidades, fortalecendo a infraestrutura local e promovendo desenvolvimento. Asseguramos que cada investimento seja aplicado com responsabilidade e transparência, beneficiando diretamente a população", ressaltou.

Desde o exercício de 2023, o governo de Rondônia aumentou o percentual para 35% dos repasses aos municípios, ampliando o suporte financeiro às prefeituras. O diretor-geral do DER-RO, Eder André Fernandes, ressaltou a importância da gestão técnica e

responsável dos recursos. "A prestação de contas demonstra a seriedade com que o governo de Rondônia conduz os investimentos do Fitha. Trabalhamos de forma integrada e respeitosa com os municípios para garantir eficiência na aplicação dos recursos e resultados concretos em obras e melhorias estruturais."

Segundo o titular da Coordenação Administrativa e Financeira (CAF), Jonas Santos, a apresentação do orçamento para 2026 reforça o planejamento estratégico do estado. "A previsão orçamentária é construída com base em critérios téc-

nicos e na realidade dos municípios, garantindo previsibilidade, equilíbrio financeiro e continuidade dos investimentos, assegurando que os recursos do Fitha atendam às demandas prioritárias de cada região", explicou.

A reunião também serviu como espaço para alinhamento institucional e esclarecimento de dúvidas sobre as prestações, fortalecendo a parceria entre o governo estadual e as administrações municipais.

Texto: Antonia Lima

Fotos: George Henrique
Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE
José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO
Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO
Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE
Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia (Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO
Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:

AJD-RO
Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia



Deputado propõe lei para abater valor do pedágio no IPVA em Rondônia

O deputado estadual Delegado Camargo (Republicanos) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (Alerro) um projeto de lei que autoriza a compensação de valores pagos em pedágio com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A proposta altera a Lei 950/2000 e cria um mecanismo para reduzir a carga financeira sobre motoristas e empresas que utilizam rodovias concedidas no estado.

A medida surge em meio ao debate sobre o alto custo do pedágio em Rondônia e à discussão sobre a chamada "dupla cobrança" enfrentada pelos contribuintes.

Como funciona o projeto

A proposta é simples: o motorista paga o pedágio normalmente ao longo do ano. Esses valores ficam registrados por meio de sistemas eletrônicos, como tag ou free flow, vinculados ao CPF ou CNPJ do proprietário do veículo. No ano se-

guinte, parte do total pago poderá ser utilizada como desconto no IPVA.

Conforme o texto do projeto

O desconto poderá chegar a até 30% do valor do IPVA devido. Para pessoas com deficiência, a compensação poderá ser de 100% do valor do imposto, mediante comprovação dos pagamentos de pedágio. O benefício vale tanto para pessoas físicas quanto para empresas.

O crédito será apurado até 31 de dezembro e utilizado exclusivamente para abatimento no exercício seguinte. A aplicação dependerá de previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) e do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ou seja, o contribuinte não deixa de pagar pedágio, mas recupera parte desse valor no imposto estadual do ano seguinte.

Justiça fiscal e realidade de Rondônia

Na justificativa do projeto, o parlamentar argumenta que o IPVA é um

imposto que compõe a receita pública destinada, entre outras finalidades, à manutenção da infraestrutura.

Já o pedágio é cobrado justamente para custear a operação e conservação das rodovias concedidas. Segundo o texto, isso gera uma sobreposição econômica que pesa diretamente no bolso do cidadão.

O projeto também destaca que Rondônia possui a maior tarifa média por 100 km rodados do país, chegando a R\$ 21,10, valor superior ao de outros estados. Para o deputado, a compensação é uma forma de reequilibrar essa situação.

Impacto para empresas e economia

O projeto também contempla o setor produtivo. Empresas que possuem frotas poderão compensar parte dos valores pagos em pedágio no IPVA de seus veículos. Entre os efeitos esperados estão: redução do custo logístico; maior competitividade das em-

presas locais; manutenção de empregos; incentivo à regularidade fiscal e formalização.

Em um estado com forte dependência do transporte rodoviário, a medida pode impactar diretamente o custo final de produtos e serviços.

Benefício integral para pessoas com deficiência

Um dos pontos de maior destaque é a previsão de compensação de 100% do IPVA para pessoas com deficiência. O texto reconhece que esse público enfrenta custos adicionais com adaptação veicular, deslocamentos frequentes para tratamentos e outras despesas relacionadas à mobilidade.

Declaração do deputado

Ao apresentar o projeto, Delegado Camargo resumiu a proposta de forma direta:

"Você paga IPVA para rodar com seu veículo e ainda precisa pagar pedágio para usar a rodovia. Ou seja, paga duas vezes pela

mesma coisa. Eu não acho isso justo. Por isso apresentei um projeto simples: parte do que você pagar

em pedágio poderá ser descontado do IPVA. Você paga normalmente durante o ano e, no ano seguinte, pode ter até 30% de abatimento. Para pessoas com deficiência, pode chegar a 100%. Se você já paga para rodar, não deve pagar duas vezes."

Tramitação

O projeto segue em tramitação na Assembleia Legislativa. Caso aprovado, dependerá de regulamentação do Poder Executivo e previsão orçamentária para entrar em vigor.

Se implementada, a medida poderá representar um dos principais ajustes na política tributária estadual voltados à mobilidade e à redução de custos para motoristas e empresas em Rondônia.

Texto: Assessoria parlamentar

Fotos: Comunicação I ANTT e Thyago Lorentz | Secom ALE/RO

Atuação dos conselheiros tutelares é fortalecida pelo governo de RO na defesa dos direitos de crianças e adolescentes

Em sequência à estruturação dos Conselhos Tutelares, como parte da implementação do programa Criança Protegida, o governo de Rondônia entregou, na terça-feira (10), por meio da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas), 10 tablets para os conselheiros que atuam nas duas unidades do município de Ji-Paraná. Na quarta-feira (11), a entrega de outros cinco equipamentos foi realizada em Nova Brasilândia; e nesta quinta-feira (12), foi a vez dos cinco profissionais de Jaru serem contemplados.

Até agora já receberam o equipamento tecnológico, quatro Conselhos Tutelares de Porto Velho; um de Guajará-Mirim; e outro de Nova Mamoré, cada um com cinco unidades, totalizando 30 aparelhos, que garantirão mais agilidade ao trabalho dos conselheiros tutelares, em especial na

alimentação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia). Ao todo serão entregues 295 tablets, com investimento de R\$ 261.665 mil.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a equipagem dos 59 Conselhos Tutelares, distribuídos pelos 52 municípios, visa não apenas modernizar os meios disponíveis, mas também assegurar maior efetividade nas ações dessas instituições, que têm por missão zelar pelos direitos da criança e do adolescente. "São muitos os desafios enfrentados pelos conselheiros para a garantia dos direitos das crianças e adolescência, mas em parceria com os municípios, o estado vem garantindo espaços estruturados e mais adequados para o atendimento e o desenvolvimento das atividades institucionais, como consolidação do programa Criança Protegida", evidenciou.



A secretária da Seas, Luana Rocha, destacou que o programa contempla várias etapas, que incluem campanhas para informar, educar e mobilizar a sociedade sobre direitos e proteção; capacitação continuada dos agentes públicos que atuam na defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes; e equipagem com a entrega de 191 computadores, 58 impressoras, 58 bebedouros, 58 aparelhos de ar-condicionado; e

58 caminhonetes. "Os Conselhos Tutelares são a porta de entrada para denúncias sobre violação de direitos, por isso os profissionais que atuam neles precisam dispor de condições físicas, materiais e técnicas para melhor desempenho de suas atividades, garantindo mais dignidade e efetividade no atendimento ao seu público-alvo, que são crianças e adolescentes em situação vulnerável", reforçou.

Os tablets permitem o

registro de ocorrências em tempo real, diretamente no local de atendimento; garantem maior agilidade e confiabilidade na alimentação do Sipia; fortalecem a integração entre os Conselhos Tutelares e demais órgãos do sistema de defesa, além de possibilitar a capacitação virtual e formação contínua para os conselheiros.

Texto: Veronilda Lima

Fotos: Tháissa Brandão

Secom - Governo de Rondônia

Projeto cria regras para proteção de feirantes tradicionais

Apresentado recentemente pela senadora Leila Barros (PDT-DF), o PL 117/2026 propõe a criação de um novo marco legal para proteger os feirantes tradicionais. O projeto de lei cria regras para garantir que os feirantes que trabalham há pelo menos cinco anos na mesma feira não precisem se submeter a licitação (relacionada às barracas) e tenham o direito de passar o ponto para a família.

A proposta também estabelece que "as feiras e os mercados públicos são componentes fundamentais nas estratégias de abastecimento alimentar e organização do espaço público, devendo seus espaços constar nos instrumentos de planejamento urbano das cidades". Ou seja, as feiras devem ser reconhecidas como equipamento urbano estratégico,

com papel econômico, social e cultural. De acordo com o texto, os governos terão de incluir as feiras nos planos de desenvolvimento urbano.

Para tanto, o texto altera a Lei de Licitações e a legislação sobre uso de espaços urbanos (Lei 13.311, de 2016), criando procedimentos especiais para os feirantes tradicionais — categoria que abrange milhares de trabalhadores da economia popular em todo o país.

Fim da licitação

Atualmente, para distribuir espaços em feiras públicas, a prefeitura precisa fazer licitação para definir quem vai ficar com cada barraca. O projeto de Leila Barros livra dessa obrigação as feiras públicas, as feiras livres, as feiras de economia solidária, as feiras de artesanato e eventos comunitários similares.

O texto determina que a nova regra só valerá quando essas atividades forem realizadas em espaços destinados a feirantes tradicionais regularmente cadastrados, pequenos produtores, agricultores familiares, microempreendedores individuais e artesãos.

Segurança jurídica

A proposta define feirante tradicional como aquele que exerce atividade regular e contínua na feira ou no território correspondente por período mínimo de cinco anos. A manutenção da ocupação histórica ocorrerá se houver respeito ao interesse público e obediência às normas sanitárias.

De acordo com Leila Barros, o reconhecimento dessa categoria é essencial para superar décadas de insecuridade jurídica: "Feirantes tradicionais, que dedicaram

a vida inteira ao trabalho no mesmo local, convivem com incertezas permanentes sobre a própria permanência", afirma ela na justificativa do projeto.

Sucessão familiar

O projeto também cria regras claras para a sucessão familiar nessa categoria. A família poderá continuar trabalhando na barraca se o feirante tiver doença grave, ficar incapacitado permanentemente ou falecer.

O texto prevê que a concessão ou a permissão de uso poderá ser transferida para apenas um sucessor, com preferência para cônjuge, companheiro ou descendente direto que já participava da atividade.

A proposta também proíbe expressamente qualquer forma de venda ou doação do ponto da feira. Leila afir-

ma que a ideia é proteger a família que depende da renda. A senadora ressalta que a população entende que as feiras são importantes para abastecer as cidades com alimentos frescos e fazem parte da vida das comunidades.

"A licitação tradicional não é capaz de responder às características próprias dessas atividades, marcadas por forte vínculo territorial, baixa complexidade econômica e elevada rotatividade. (...)"

Esta é uma medida de proteção social, mas também de integridade administrativa: protege a família sem transformar o espaço público em patrimônio privado", argumenta ela.

O projeto de lei será analisado pelo Senado e, caso aprovado, será enviado para análise da Câmara.

Fonte: Agência Senado



Sebrae e FIERO realizam etapa regional da Jornada Nacional da Inovação da Indústria 2026

O Sebrae, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), realizou nesta quarta-feira (11), em Porto Velho, a etapa regional da Jornada Nacional de Inovação da Indústria 2026.

O encontro reuniu representantes da indústria, empreendedores, startups, pesquisadores e instituições públicas para debater soluções e estratégias voltadas ao desenvolvimento tecnológico e sustentável do setor produtivo no estado.

Promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Sebrae, com realização da FIERO, a jornada integra uma estratégia nacional itinerante que percorre os 27 estados brasileiros. A proposta é identificar desafios e oportunidades em cada região, construindo um panorama nacional que será apresentado no 11º Congresso de Inovação da Indústria, previsto para março de 2026, em São Paulo.

Em Rondônia, a iniciativa buscou valorizar as potencialidades locais e apontar barreiras que ainda preci-

sam ser superadas para fortalecer um ecossistema de inovação mais integrado, competitivo e conectado às demandas atuais do mercado.

Jornada em ação: debate, oficinas e soluções práticas

A programação foi organizada em dois momentos, com atividades realizadas no auditório da Fiero durante a manhã e, à tarde, na sede do Sebrae Rondônia. O evento foi estruturado para promover diálogo direto com o empresariado e aproximar diferentes atores que já atuam ou desejam atuar no campo da inovação industrial.

Durante os painéis, temas como transformação ecológica e transformação digital foram discutidos a partir de experiências concretas de empresas e startups rondonienses. Casos ligados à gestão de resíduos, uso sustentável de recursos regionais e modernização de processos produtivos mostraram como inovação pode ser aplicada de forma prática no cotidiano das indústrias locais.

Além das discussões, a

jornada também ofereceu workshops voltados ao acesso a fomento e à gestão da inovação, com orientações sobre financiamento, inteligência de dados e estratégias para tornar empresas mais preparadas para competir em um cenário de mudanças econômicas e tecnológicas.

Para o diretor-superintendente do Sebrae em Rondônia, José Alberto Anísio, o encontro reforça o papel da indústria como motor de crescimento no estado.

"Esse evento é importante porque Rondônia tem um baita potencial industrial. Com a reforma tributária em andamento, precisamos fortalecer esse setor e atrair mais investimentos para gerar emprego e renda", destacou.

Conexão nacional e fortalecimento do ecossistema local

O diferencial da Jornada Nacional de Inovação da Indústria é o formato de escuta. A proposta não é apenas apresentar soluções prontas, mas ouvir empresas de diferentes portes, entender gargalos reais e construir

caminhos conjuntos para ampliar a capacidade de inovação no país.

Jefferson Gomes, diretor de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da CNI, ressaltou que muitos empresários ainda desconhecem os recursos disponíveis para inovar.

"As empresas muitas vezes não sabem acessar crédito ou resolver questões financeiras básicas. E sem isso, como vão conseguir avançar em inovação? Nosso objetivo é conversar com empresas de todos os tamanhos e entender o que elas precisam", afirmou.

Marcelo Thomé, presidente da Fiero, reforçou que a jornada representa mais um passo para estruturar novos negócios sustentáveis e ampliar oportunidades no estado.

"A inovação não é só produtividade e escala. Ela também pode destravar novas agendas em Rondônia, inclusive a partir da floresta em pé e das vocações regionais", pontuou.

Marcus Víncius, coordenador de Renovação do Sebrae Nacional, destacou que

o Brasil vive um momento em que escutar o setor produtivo é fundamental para formular políticas públicas e soluções mais efetivas.

"Estamos rodando o país inteiro para ouvir empresários, startups e indústrias. Viemos escutar e identificar oportunidades para articular soluções junto ao ecossistema de inovação", disse.

Ao final, Marilene Castro, coordenadora da Jornada Nacional de Inovação da Indústria, ressaltou que Rondônia já se posiciona como destaque no Norte.

"O estado vem se consolidando como polo de inovação, empreendedorismo e tecnologia, estando entre os três mais inovadores da região Norte segundo o índice de inovação", finalizou.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais: Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).

PRF intensifica fiscalização contra embriaguez ao volante no carnaval

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia nesta sexta-feira (13) a Operação Carnaval 2026, que vai direcionar os esforços na fiscalização das infrações responsáveis pelos acidentes mais letais em estradas federais, especialmente a mistura de álcool e direção, mais comum nesta época, além de excesso de velocidade e ultrapassagens proibidas.

Segundo a PRF, serão priorizados os corredores rodoviários que levam aos destinos mais procurados na folia - Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Em 2025, a PRF fez em todo o país mais de 3,5 milhões de testes de alcoolemia e autuou mais de 7,9 mil motoristas por conduzir veículos nas rodovias federais sob efeito de álcool. Outros 43 mil foram notificados por recusar o teste do etilômetro, média de 51 flagrantes por dia, apenas em estradas federais.

Álcool Zero no Trânsito

O reforço nesse tipo de fiscalização começou no dia 30 de janeiro, com o lançamento do Dia Nacional de Conscientização Álcool Zero no Trânsito. Naquela época, a PRF realizou, em todo o Brasil, 22.845 testes de alcoolemia, autuou 47 condutores por embriaguez ao volante e outros 368 por recusa ao teste que detecta



a presença de álcool no organismo. Além das infrações de trânsito, 157 pessoas foram detidas por apresentar teor de álcool no organismo ou sinais de embriaguez que caracterizam crime de trânsito.

Além do esforço operacional, para o carnaval 2026 a PRF retomou uma parceria com a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), na campanha Carnaval sem Trauma, cujo objetivo é salvar vidas por meio da conscientização, tendo como foco central o uso de álcool na direção.

Segundo especialistas, mesmo em pequenas quantidades, o álcool compromete funções essenciais para a condução segura de veículos, pois atua diretamente no sistema nervoso central, reduzindo a capacidade de

atenção, alterando o tempo de reação e prejudicando a coordenação motora. O álcool também afeta o julgamento, favorecendo decisões impulsivas e a falsa sensação de controle.

Em apoio à campanha no trânsito de rodovias federais, o Ministério das Mulheres vai promover campanhas informativas contra a agressão, assédio ou importunação sexual de mulheres no carnaval por meio da instalação de faixas da campanha em postos da PRF nas 27 capitais. Utilizando o serviço Ligue 180, a iniciativa visa lembrar a população sobre a importância de denunciar qualquer forma de agressão contra mulheres através da Central de Atendimento à Mulher.

Orientações para viagem

A PRF recomenda que quem deseja viajar no carna-

val deve planejar o percurso fazendo a revisão mecânica do veículo. É fundamental verificar a presença e o funcionamento de todos os equipamentos obrigatórios, bem como a documentação do veículo e do condutor. Também recomenda-se respeitar os limites de velocidade e seguir a sinalização das estradas. Onde não existir sinalização ou se ela estiver prejudicada, deve-se manter a velocidade compatível com as condições da rodovia.

O condutor e todos os passageiros do veículo devem utilizar o cinto de segurança. Crianças menores de sete anos e meio devem usar o bebê conforto, cadeirinha ou assento de elevação. Em caso de descumprimento, o condutor do veículo poderá ter a viagem interrompida até a regularização da infração.

A ultrapassagem deve ser feita apenas pela esquerda, somente em locais permitidos e onde haja condições necessárias para execução da manobra com segurança. A PRF também pede cuidado com os pedestres, principalmente em perímetros urbanos cortados por rodovias. Sob chuva, deve-se acionar os limpadores de para-brisa, diminuir a velocidade e aumentar a distância em relação ao veículo que segue à frente.

Motociclistas e passageiros devem usar o capacete, mantendo distância das laterais traseiras dos veículos, que provocam o chamado ponto cego. Não é recomendável trafegar próximo a caminhões, pois o deslocamento de ar produzido por esses veículos pode desestabilizar a motocicleta.

Fonte: Agência Brasil

AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+ de 20 destinos
pela Amatur

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**